

## 23 A INVISIBILIDADE DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE PELO ESTADO

**Vinicius Vitorette Araújo**

Estudante, ra-24211911-2@alunos.unicesumar.edu.br

**José Eduardo Martins Manoera**

Estudante, ra-23019245-2@alunos.unicesumar.edu.br

**INTRODUÇÃO:** Nesta pesquisa temos como tema “A Invisibilidade das pessoas em Situação de Vulnerabilidade pelo Estado”, assunto de tamanha importância uma vez que estamos tratando de responsabilidades do Estado em fazer cumprir o que está disposto no Artigo 1º, Inciso III, da Constituição Federal e Artigo 3º, Inciso III e IV, da Constituição Federal onde dizem respectivamente sobre fundamentos da República e objetivos fundamentais.

Temos como exemplo desta problemática um grande e renomado filme chamado “Coringa” onde o personagem principal se encontra em estado de problemas psíquicos e a própria sociedade e o estado não percebem a gravidade desses problemas. Ou seja, esse estudo é de grande importância para o ramo do Direito pois podemos enxergar um problema que afeta nossa sociedade no todo, e individualmente, uma vez que tais responsabilidades não estão sendo efetivadas por parte do estado.

Nosso objetivo é Investigar as dinâmicas e impactos da invisibilidade das pessoas em situação de vulnerabilidade perante o estado, com foco na análise das políticas públicas e na busca por estratégias para promover a inclusão social e o reconhecimento dessas comunidades. Com isso iremos identificar os grupos vulneráveis, investigar as causas da invisibilidade e vulnerabilidade, avaliar de forma crítica o papel do estado, estimular a conscientização social, propor políticas públicas para a erradicação da invisibilidade e vulnerabilidade, dentre outras especificações que trataremos sobre.

Podemos ter limitações acerca do tema abordado pois é necessário a criação de políticas públicas por parte dos legisladores respeitando a Constituição Federal e que sejam eficazes para o tratamento do assunto, e isso requer tempo, e uma série de discussões acerca do assunto.

**PROBLEMA DE PESQUISA:** O seguinte resumo expandido tem como finalidade tratar da invisibilidade das pessoas em situação de vulnerabilidade pelo estado. Nota-se que a palavra invisibilidade se encontra como substantivo, que representa a condição de não ser visto ou percebido, enquanto a vulnerabilidade indica a propensão a sofrer danos. Juntos esses elementos formam a base do tema que será discutido nesse trabalho de conclusão. A invisibilidade pode se manifestar de diversas formas, como a falta de políticas públicas, a falta de representatividade nos poderes do estado, a falta de política para conscientização da população sobre a situação de invisibilidade, dentre muitas outras situações.

Diversos fatores como econômicos, sociais e políticos, contribuem para a vulnerabilidade de certos grupos. A falta de acesso a recursos garantidos pela Constituição de 1988, a discriminação e a desigualdade estrutural são apenas alguns elementos que enfatizam essa fragilidade sobre a situação que discutiremos no decorrer desse trabalho.

Conforme a Constituição Federal de 1988, no artigo 1º, inciso III, é de responsabilidade do estado a garantia da dignidade da pessoa humana, no artigo 3º, inciso III, é de responsabilidade do estado erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sócias e regionais, inciso IV, é de responsabilidade do estado promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, no artigo 6º caput e muitos outros artigos que ressalvam a responsabilidade do estado em assegurar direitos e deveres de todos os cidadãos. Nota-se, porém, uma vasta negligencia por parte do próprio estado em assegurar os direitos e cumprir o seu papel social. Neste trabalho discutiremos a forte negligencia do estado como promovedor do bem-estar social e sua influência no fator da vulnerabilidade e invisibilidades das pessoas em situação de rua. Quando o estado falha com seu papel, alguns deles citamos acima, ele contribui para o avanço da vulnerabilidade e da invisibilidade. Além da responsabilidade do estado é de extrema importância ressaltar a responsabilidade da sociedade em combater a problemática que trataremos. Vemos com clareza o impacto que essa falta de responsabilidade social abrange no filme CORINGA, onde o personagem principal se encontra em estado de problemas 5 psíquico e a própria sociedade e o estado não percebem a gravidade desses problemas.

A temática da invisibilidade das pessoas em situação de vulnerabilidade pelo estado é completamente profunda e complexa e serei minucioso em tratar dos aspectos necessários para uma possível solução da problemática nesse trabalho.

**OBJETIVO:** O presente trabalho tem por objetivo investigar as pessoas em situação de vulnerabilidade e invisibilidade pelo estado, analisando as suas consequências e causas para esse fenômeno, com proposito de compreender as dinâmicas das invisibilidade, avaliar o papel do estado, analisar as consequências da vulnerabilidade e invisibilidade, propor alternativas e transformações para a erradicação da problemática, estimular a conscientização e engajamento social, contribuir para o debate acadêmico e social e buscar a garantia da efetivação dos direitos fundamentais sociais das pessoas em situação de vulnerabilidade e invisibilidade.

**MÉTODOLOGIA:** A pesquisa sobre a invisibilidade das pessoas em situação de vulnerabilidade pelo estado é fundamentada nas teorias críticas e na perspectiva do "Direito Achado na Rua" do professor José Geraldo de Sousa Junior (2015, v. 3, 268 p.), explorando, também, o trabalho de campo. Esta metodologia busca compreender as complexidades desse fenômeno, destacando a interação entre teoria e prática. A pesquisa está fundamentada na abordagem crítica do "Direito Achado na Rua". Esta perspectiva, desenvolvida pelo professor José Geraldo, propõe uma visão do direito que emerge das lutas sociais, indo além das normas instituídas.

A pesquisa incorpora conceitos dessa teoria para analisar como as leis e políticas impactam as pessoas em situação de vulnerabilidade, considerando suas vozes e experiências na construção do conhecimento jurídico.

A metodologia inclui o trabalho de campo em Maringá, PR, focado nas condições de vida das pessoas em situação de rua. Esse componente prático adiciona uma dimensão empírica à pesquisa, permitindo uma compreensão mais profunda das experiências cotidianas desses indivíduos. A abordagem participativa busca dar voz às comunidades marginalizadas, alinhando-se com a proposta do "Direito Achado na Rua", de José Geraldo de Sousa Júnior (2015, v. 3, 268 p.).

A coleta de dados inclui a observação participante nas comunidades em situação de vulnerabilidade, permitindo uma imersão nas realidades vivenciadas. Além disso, serão conduzidas entrevistas com membros dessas comunidades, autoridades locais e profissionais de assistência social. Esses métodos combinados possibilitam uma análise holística das dinâmicas sociais e das relações de poder que contribuem para a invisibilidade dessas pessoas.

A pesquisa realizará uma análise crítica de documentos legais, políticas públicas e regulamentações relacionadas à assistência às pessoas em situação de vulnerabilidade. Essa análise contextualiza as experiências vividas com as estruturas normativas existentes, permitindo a identificação de lacunas e contradições que contribuem para a invisibilidade.

**RESULTADOS ALCANÇADOS:** Ao integrar as teorias críticas do "Direito Achado na Rua" com a prática do trabalho de campo, este projeto visa não apenas descrever, mas também compreender e problematizar a invisibilidade das pessoas em situação de vulnerabilidade pelo estado. A abordagem multifacetada busca contribuir para a formulação de políticas mais inclusivas e sensíveis às necessidades dessas comunidades marginalizadas.

**FONTES FINANCIADORAS:** Trabalho financiado pela UniCesumar no PIC Programa de Iniciação Científica

## REFERÊNCIAS:

DONICHT, Roberto; DUARTE, Andrea. A invisibilidade como sintoma da vulnerabilidade social. *Ecos – Estudos Contemporâneos da Subjetividade*, v. 11, n. 1, 2021.

MENDES, José; TAVARES, Alexandre. Risco, vulnerabilidade social e cidadania. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, mai. 2011.

SAFATLE, V. Quando as ruas queimam: manifesto pela emergência. Academia Edu, São Paulo, N-1 edições, 2016. GOMES, M. A.;

PEREIRA, M. L. D. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. *Ciência e Saúde Coletiva*, 2004, p. 357-363.

ARTIAGA, Carlos; SILVA, Ana; BITTAR, Cléria. Vulnerabilidade legislativa de grupos minorias. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, dez. 2017.

MDHC lança relatório sobre pessoas em situação de rua no Brasil; estudo indica que 1 em cada mil brasileiros não tem moradia. GOV Brasil – Ministérios dos Direitos Humanos e da Cidadania. <https://www.gov.br/mdh/ptbr/assuntos/noticias/2023/setembro/mdhc-lanca-relatorio-sobre-pessoas-em-situacao-de-rua-no-brasil-estudo-indica-que-1-em-cada-mil-brasileiros-nao-tem-10-moradia#:~:text=Perfil%2C%20viola%C3%A7%C3%B5es%20e%20n%C3%BAmero s,mil%20pessoas%20vivendo%20nas%20ruas>. Acesso em: 22 de nov. 2023.